



Pessoas com deficiência e o acesso à educação em Marabá – Uma análise a partir dos dados do IBGE e do INEP

Fernanda Vieira Silva
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

Agência financiadora: CNPq/EM

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa sobre o perfil socioeconômico da população com deficiência. Esse trabalho irá discutir os dados referentes a educação e aos tipos de deficiência. Os dados foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme os resultados encontrados identificaram-se que 23,7% da população de Marabá apresenta alguma deficiência, sendo a deficiência visual a predominante; as mulheres com deficiência têm a maior escolaridade em comparação aos homens com deficiência, o percentual da população com deficiência em Marabá com ensino superior é menor que o percentual nacional.

Palavras chave: Pessoas com deficiência, políticas públicas, perfil socioeconômico.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto da região do sudeste do Pará, e em especial no município de Marabá, observou-se que embora existam instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada que atuem na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, há uma carência de dados sistematizados sobre esta população.

Esta necessidade levou ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa de iniciação científica no ensino médio, sob a orientação da profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo, com a finalidade de traçar um perfil socioeconômico da população com deficiência em Marabá. A partir desta pesquisa, foi elaborado este trabalho que discutirá, especificamente, a incidência dos diferentes tipos de deficiência e a situação da educação especial no município.

Este trabalho pretende auxiliar na implementação de políticas públicas, especialmente na área de educação, por meio da sistematização de dados relevantes, tais como os tipos de deficiência de maior incidência, principalmente da população em faixa etária escolar, índice de alfabetização por tipo de deficiência e nível de escolaridade da população com deficiência. Permitindo assim um melhor planejamento das ações e na aplicações dos recursos em educação especial.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar esse trabalho foram analisados, após sistematização, os dados disponibilizados pelo IBGE sobre a população com deficiência, coletados no Censo de 2010 e pelo Censo Escolar realizado pelo INEP 2010 e 2017. Embora os dados quantitativos fornecidos por esses órgãos tenham suas limitações não conseguindo abarcar a totalidade das características das pessoas com deficiência, em razão de sua abrangência, estas permitem traçar um panorama geral desta população e da situação da educação especial em Marabá.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

I. Incidência de deficiência

A pesquisa apontou o predomínio da deficiência visual em relação a incidência das demais deficiências, o que também é observado em escala nacional e estadual, contudo Marabá apresenta uma proporção ainda maior, 50% dos casos, enquanto que no Brasil esse valor é de 42% dos casos e no Pará é de 49%. Portanto, precisa se investigar as razões deste elevado índice e investir em políticas públicas para esse público.

Outro ponto observado foi o elevado índice de deficiência intelectual entre as faixas etárias mais jovens. Portanto é imprescindível investigar os fatores que geram este dado, se este crescimento tem se mantido entre as crianças nascidas após o Censo ou se existe algum fator que incide sobre a expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual fazendo com que sua proporção seja menor entre as faixas etárias de maior idade.

Quando se observa mais detalhadamente a população compreendida entre 0 e 17 anos esta alta incidência de deficiência intelectual entre as crianças e adolescentes se torna mais incisiva. Ao se comparar os casos de deficiência entre essa população nota-se que 735 crianças e adolescentes foram identificados com deficiência intelectual, enquanto que os casos de deficiência visual, que se encontra na segunda posição, para esta faixa etária, apresenta 584 casos.

Uma vez que, atualmente esta parcela da população possui entre 08 e 25 anos, integrando, ainda que em parte, os discentes da educação básica e superior, este dado é de grande relevância para o planejamento de ações e políticas públicas voltadas para a educação.

II. Aspectos educacionais

A partir dos dados levantados, foi constatado uma grande disparidade ao comparar as médias obtidas no território nacional com os dados de Marabá no que se refere as informações relacionados a educação das pessoas com deficiência, como também uma expressiva desigualdade os dados da população com e sem deficiência.

No Brasil, verifica-se que 7%¹ da população com deficiência possui nível superior completo, enquanto que 61% não possui qualquer instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto. Embora isto seja preocupante, em Marabá a situação é ainda mais severa, pois apenas 3% possui nível superior e 63% tem no máximo o fundamental incompleto.

Isto é revelador, também, da fragilidade da educação em Marabá tendo em vista que, os dados referentes ao nível de instrução das pessoas sem deficiência, também é inferior quando comparadas ao restante do Brasil.

Em relação as diferenças de gênero, foi constatado que as mulheres com deficiência apresentam nível de instrução mais elevada em relação aos dos homens com deficiência, possuindo também valores mais elevados em relação a alfabetização. Proporcionalmente, as mulheres com deficiência têm, 6% a mais de indivíduos alfabetizados, comparados aos homens.

Contudo ao se analisar o índice geral de alfabetização das pessoas com deficiência comparadas com o restante da população, verifica-se que a taxa de alfabetização das pessoas com deficiência chega somente a 65%, enquanto que da população sem deficiência é de 90%. Portanto, fica evidente a necessidade de melhorias na educação especial no município.

Em relação as diferentes tipologias de deficiência, também se verifica grande desigualdade. As pessoas com deficiência intelectual e com deficiência física apresentam os

¹ Os valores referentes ao nível de instrução incluem a população a partir dos 15 anos.

índices mais baixos de alfabetização, 48% e 61% respectivamente, enquanto que a alfabetização entre os deficientes auditivos é de 63% e com deficiência visual alcança os 72%.

Apesar do exposto acima, é preciso ressaltar que entre os censo escolar de 2010 e 2017, houve um crescimento do acesso à educação pelas pessoas com deficiência, o que pode ser comprovado por um aumento de 214% nas matrículas da educação especial entre um censo e outro.

O Censo escolar utiliza categorias mais atualizadas em relação ao público alvo da educação especial do que o IBGE, o que permitiu uma maior clareza do cenário da educação especial em Marabá, conforme a tabela a seguir.

Tabela 01 – Número de matrícula por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – 2017

Categoria	Nº de matrículas
Cegueira	8
Baixa Visão	90
Surdez	31
Deficiência Auditiva	41
Surdocegueira	2
Deficiência Física	106
Deficiência Intelectual	881
Deficiência Múltipla	62
Autismo	64
Síndrome de Asperger	15
Síndrome de Rett	5
Transtorno Desintegrativa da Infância - TDI	73
Altas Habilidade/Superdotação	19

Fonte: Dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A tabela acima mostra que se mantém o elevado índice de alunos com deficiência intelectual na educação básica, bem como o aumento considerável de casos de deficiência entre as crianças, uma vez que, de acordo com o Inep (2018), 72% das matrículas na educação especial são de crianças e adolescentes de até 14 anos o que faz prevalecer também o número de matrículas no ensino fundamental, cerca de 84%. Outra possibilidade que explicaria este seria a evasão escolar de alunos com deficiência com maior idade. Qualquer seja a razão para estes valores é urgente a busca de soluções para minimizá-las.

Outro dado importante foi a constatação da importância do ensino público para o acesso da pessoa com deficiência a educação, pois enquanto que no ensino privado há 46 das matrículas de alunos público alvo da educação especial, nas escolas públicas, sejam elas, municipais, estaduais ou federais, totalizam 1162 matrículas.

4. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que houve avanços na educação básica no município, ao menos no que se refere ao número de matrículas, entretanto ainda há uma grande carência na área da educação especial de modo a garantir um ensino de qualidade para este público.

Portanto, é urgente o planejamento e implantação de ações para esta população, de forma a atender também as necessidades mais específicas decorrentes de cada tipo de

deficiência, principalmente dos educando com deficiência intelectual que tem um número expressivo na população jovem do município, mas que possui os piores indicadores referentes a escolaridade.

Destaca-se também a necessidade de que as políticas públicas para a educação se pautem na perspectiva de articular diferentes aspectos da vida dos alunos, tais como tipo de deficiência, renda e acesso a saúde, tendo em vista que essas dimensões fazem parte da realidade do discente, afetando consequentemente seu processo de aprendizagem.

5. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

BRASIL. Decreto nº **8.213** de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm
Acessado em: 31/08/2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

CANTORANI, J. R. H. et al. A dimensão da deficiência e o olhar a respeito das pessoas com deficiência a partir dos recenseamentos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 159-176, jan./mar. 2015.

RISTINA, ER. & RESENDE JBS. Dificuldades da inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. *Revista científica eletrônica de ciências contábeis*. 4(8): 1-8, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.